



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 174ª reunião, realizada em 13 de setembro de 2017

1 Em 13 de setembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Jairo José Isaac, secretário de
5 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os presidentes suplentes
6 Germano Luis Gomes Vieira e Daniela Diniz Faria. Representantes do poder público:
7 Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (Seapa); Lino Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura
9 (SEC); Wladimir Tadeu Silva Coelho, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); César
10 Cristiano de Lima, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marcela
11 Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos,
12 da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Wesley Antônio
13 Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional
14 (Secir); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa
15 Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Geraldo Vitor
16 de Abreu, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Cristiano Ferreira
17 de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do
18 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (PGJ); Douglas de Carvalho Henriques, da
19 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa
20 de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca e Polyana Faria
21 Pereira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
22 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).
23 Representantes da sociedade civil: Jurandir Anastácio Silva, da Associação Comercial e
24 Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
25 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Rodrigo Dutra Amaral, da
26 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Paula Meireles Aguiar, do
27 Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Guilherme Gonçalves Teixeira, da
28 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João
29 Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
30 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena
31 Siqueira e Pegge Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
32 Ambiental (Abes); Antônio Eustáquio Vieira, da Associação Pró-Pouso Alegre (Appa);
33 Gleyber Ferreira e Silva Carneiro, da Kaluana Upiara Conservação e Gestão Ambiental;
34 José Angelo Paganini, da Associação de RPPNs e Outras Reservas Privadas de Minas
35 Gerais (Arpemg); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Marcelo
36 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba; Miguel
37 Angelo Andrade, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Paula
38 Regina Balabram, da Universidade Fumec; Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho
39 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Adalberto Carvalho de Rezende, da
40 Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**

41 **HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
42 Jairo José Isaac declarou aberta a 174ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
43 Política Ambiental e justificou a necessidade de se ausentar da sessão antes do
44 encerramento da pauta, em virtude de convocação do governo do Estado. **3)**
45 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Antônio
46 Eustáquio Vieira: “Eu queria ver a possibilidade de colocar umas imagens que eu fiz
47 ontem, no rio Paracatu. Em cima da colocação dessas imagens, eu quero fazer uma fala
48 para vocês. É um pequeno vídeo que eu fiz com o celular, ontem, ao meio-dia, em
49 Paracatu, no rio Paracatu. Para quem não sabe, o rio Paracatu é o principal afluente do
50 rio São Francisco e contribui com mais de 20% das águas do São Francisco. ‘Da
51 margem esquerda, em frente ao Brasília Country Clube, estou atravessando a pé o rio,
52 indo em direção ao meio do rio. É o rio Paracatu, o maior afluente do rio São Francisco.
53 Olhe a situação que nós estamos vivendo. Eu estou descendo o rio em direção ao
54 Brasília Country Clube. Olhem o banco de areia. Nós temos um canal com poucos
55 centímetros. Olhem a situação do banco de areia no rio. Agora, eu vou entrar em cima
56 desse banco de areia, e está mal, mal molhando o sapato. Esta é a situação do maior
57 afluente do rio São Francisco. Isso é abaixo, em direção à foz do Paracatu, no encontro
58 com o São Francisco, e agora eu vou mostrar em direção à nascente do Paracatu.
59 Então, a situação é catastrófica, e têm que ser tomadas algumas providências. Se não
60 forem tomadas providências, nós não sabemos o que pode acontecer para a nossa
61 região. Inclusive, uma região que depende imensamente das águas do rio Paracatu. Eu
62 estou bem no meio do rio Paracatu, com água, mais ou menos, a 30 cm de altura.’ Eu
63 acho que as imagens falam pela situação que nós estamos vivendo. Hoje, Paracatu, para
64 terem uma ideia, a cidade de Paracatu está com água para abastecimento público de
65 30% da população. Estão buscando caminhão-pipa em um dos afluentes do Paracatu a
66 22 km de distância da estação de tratamento de água da Copasa. Estão buscando água
67 de caminhão-pipa para alimentar a comunidade de Paracatu. Senhor secretário, eu
68 estive conversando, ontem, durante a tarde, com alguns pescadores nessa região, e
69 queria fazer aqui uma solicitação para o senhor de que a portaria da piracema deste ano
70 seja editada na segunda-feira que vem. Nós temos que dar um jeito de antecipar essa
71 portaria porque o que tem de pescador profissional limpando um rio que tem 20 a 30 cm
72 de água não vai sobrar peixe este ano se a portaria for no tempo normal, novembro.
73 Então, eu acho que essa portaria tem que não só ser editada em cima da questão
74 biológica, da biodiversidade, que no caso são os peixes, mas também em cima da
75 condição física do rio. Porque não tem espaço para os peixes. Se não fizerem essa
76 portaria adiantada, agora, nós não vamos ter vida no rio. Então, fica essa sugestão.
77 Outra coisa que eu queria colocar aqui. Eu não sei se os senhores têm conhecimento.
78 Não é denuncia que eu estou fazendo, isso aqui é a pauta da reunião da Supram
79 Noroeste, de março deste ano. Nós tínhamos 40 processos só de recursos de multa. Os
80 mesmos que criticam o Estado porque não fiscaliza vão lá entrar com recurso de multa,
81 porque são multados. Felizmente, os membros da URC seguiram o parecer da Supram,
82 e foram todos indeferidos os processos de multa. Esse daqui é o processo que vai ser
83 julgado amanhã, que eu vou estar lá também, em Unaí. São 70 recursos, e isso está
84 estrangulando o trabalho das Suprams, além de que não existe conselheiro que dá conta
85 de analisar processo por processo, que, normalmente, são votados em bloco. Eu espero
86 que isso aqui também seja indeferido, amanhã, para que essas multas continuem

87 acontecendo. Então, eu acho que, em cima da nossa legislação, tem que ter algum
88 mecanismo para que esses recursos gerem custos para os empreendedores que entram
89 com eles. Porque qualquer empreendedor, salvo engano, pode entrar, sem custo
90 nenhum, com recurso, e existe, inclusive, um negócio na região em que empresas de
91 advocacia pegam o cidadão que foi multado, procura, 'você tem multa, eu vou entrar com
92 recurso. Se ganhar, beleza, se não ganhar, você não me paga nada'. Isso também está
93 acontecendo lá. Então, eu não sei, secretário, como é que nós vamos encaminhar isso.
94 Quase a totalidade aqui é do agronegócio. Está aqui para quem quiser ver. Outra coisa.
95 Eu estive conversando com o representante da Polícia Militar Ambiental aqui, e não sei
96 como se poderia viabilizar isso. Embora a Polícia Ambiental não tenha como agir no
97 momento, como vocês viram, no rio. Como eles vão navegar dentro do rio onde você
98 anda e mal molha o sapato? Mas o fato é que a Polícia Ambiental está precisando de um
99 barco com motor e de uma carreta. E espero que algum dia volte a ter água para eles
100 navegarem lá. E fazem o que podem. Mas eu queria que o senhor desse uma olhadinha,
101 porque é um órgão vinculado à SEMAD, e pode ajudar a equipar a Polícia Ambiental de
102 Paracatu. Então, eu queria passar essas considerações para o senhor, principalmente a
103 questão da piracema." Presidente Jairo José Isaac: "Com relação ao problema, inclusive,
104 da correspondência que você frisou, trata-se de competência do IEF, o Instituto Estadual
105 de Florestas. Mas não importa, eu sou o secretário, e ele é o diretor. Eu vou tratar disso
106 com a maior brevidade possível e tentar, evidentemente, solucionar esse problema com
107 ele. Fica o meu compromisso aqui de acertar, a partir de amanhã, levar ao conhecimento
108 dele tudo o que está acontecendo e o seu pleito e a necessidade de fazer. Isso eu posso
109 te garantir que vou tomar as providências, conversar com o diretor geral do IEF. A sua
110 sugestão é que fosse antecipada para já, a partir de segunda-feira." Conselheiro Antônio
111 Eustáquio Vieira: "É, exatamente, por causa do volume de água que o rio não tem."
112 Daqui a dois meses, vai estar no osso, e aí que não tem água mesmo. E os pescadores
113 profissionais estão fazendo uma limpeza, porque eles podem pescar." Presidente Jairo
114 José Isaac: "Quando à última colocação que você fez, com relação a ajudar a Polícia
115 Ambiental a se equipar para fazer a vigilância, nós temos um convênio com a Polícia
116 Militar, a polícia da parte ambiental. Eu vou conversar com o coronel que comanda essa
117 parte ambiental para ver qual a forma de tentar ajudar e se, realmente, tem condição de
118 fazer essa ajuda. Hoje, eles têm recurso, porque têm um convênio conosco, que é muito
119 grande, tem recurso e, possivelmente, tenha condição de suprir a unidade de lá com
120 equipamento necessário para continuar fiscalizando, inclusive, a região e fazer o que for
121 necessário. Fazer o que não está sendo feito ou fazer, realmente, o que precisa fazer.
122 Nós vamos tomar a providência." Daniela Diniz Faria/SEMAD: "Só dar um retorno em
123 relação ao que o senhor disse da Supram Noroeste. Eu não sei, exatamente, se o tom foi
124 de crítica à Supram ou para chamar atenção sobre o volume. Em relação à Supram ter
125 pautado, eu deixo aqui meu registro de parabenização para a Supram Noroeste, porque
126 este mesmo COPAM, por vezes, nos critica de não estarmos pautado os recursos, de
127 não estarmos levando a efeito o processamento de multas. Quantas vezes aqui no
128 Plenário do COPAM nós trouxemos algumas operações sobre operações de
129 fiscalização? E eu me lembro bem que, ao pautar quanto recurso financeiro aquela
130 operação rendeu, algum conselheiro sempre perguntava 'quanto disso vocês,
131 efetivamente, receberam, quanto o Estado arrecadou'. Então, o órgão tem trabalhado
132 para que essas operações não sejam em vão, para o bom uso do recurso público. E a

133 forma de fazer é processar, de fato, as multas, e a Supram Noroeste tem se destacado
134 porque não só processa, como esgota a fase administrativa da multa com o
135 processamento de recursos. Eu sei que é pesado o Conselho ter capacidade de
136 acompanhar 40 ou 70, mas, ainda assim, se a Supram teve esse esforço de tentar fazer,
137 eu sugiro também que a URC local se esforce também para tentar acompanhar e ver
138 com bons olhos isso que eles estão fazendo. Sobre o que o senhor disse como forma de
139 tentar reverter o recurso, tentar instituir um valor, existe já um PL de autoria do governo
140 para isso. É só entrar no site da Assembleia, é o PL 3811. Então, o PL 3811 traz todas as
141 taxas ambientais que se pretendem cobrar para todos os serviços ambientais, não só
142 multa ou recurso. Eu não sei de cor o valor que está previsto para o recurso.”
143 Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu queria só reforçar que não é tom de crítica. Eu
144 acho que o que está acontecendo deve estar estrangulando a Supram, porque não tem
145 condições. São 70 recursos, é muita coisa. Imagine a trabalhadora que dá, fora o nível em
146 que são lavrados esses recursos. Em tons desrespeitosos aos conselheiros, aos
147 técnicos, ao superintendente, à Polícia Militar. Vocês têm que pegar, uma hora, um
148 recurso desse e dar uma lida. É um desrespeito gigante que acontece com relação a
149 esses recursos.” Presidente Jairo José Isaac: “Realmente, conselheiro, você tem toda
150 razão. Infelizmente, nós não podemos deixar de reconhecer as nossas dificuldades,
151 principalmente pela nossa falta de estrutura, do sistema, de uma maneira geral. Há 16
152 meses eu estou à frente da Secretaria de Meio Ambiente e vejo a dificuldade dos meus
153 companheiros do IEF, da FEAM e do próprio IGAM e as nossas próprias dificuldades.
154 Nós temos dificuldade de toda natureza, não só financeira, para resolver, dado o
155 problema do Estado, do contingenciamento do Estado, a situação que está. Nós não
156 temos condição de qualquer demanda para fazer alguma ajuda a uma das nove unidades
157 que temos. Nós temos, às vezes, que deixar de fazer ou procurar alternativas, porque no
158 Estado não há forma de obtermos recurso, não tem como ter uma suplementação de
159 recurso. Agora, é de conhecimento nosso também que, independentemente da situação
160 de gravidade que as superintendências estão vivendo hoje, eu não tenho condição de
161 substituir um eventual desligamento, não tenho condição de contratar nada nem posso
162 receber em cessão. Nós estamos bem adiantados com relação a uma parceria para
163 suprir os quadros. Com toda franqueza, para criarmos uma unidade de prioridade, de
164 projetos que consideramos de prioridade estadual, pelo volume e pelo tamanho do
165 projeto, nós criamos a superintendência e tivemos que pinçar do nosso sistema vários
166 funcionários, principalmente da Superintendência Central, que é uma das mais
167 acumuladas, com um dos passivos mais elevados. Nós tivemos que tirar de 10 a 14
168 funcionários, e não tivemos como colocar um em substituição. Já tinha problema, já tem
169 dificuldade em combater o passivo, que é obrigação nossa, porque foi determinado pelo
170 governador: ‘Que você cuide desse passivo, me dê uma solução para esse passivo. Eu
171 não quero mais receber, como governador, empresário aqui queixando que o processo
172 dele está paralisado ou dizendo que vai retirar o empreendimento do Estado de Minas
173 Gerais ou não virá para cá porque a Secretaria de Meio Ambiente é ineficaz, uma
174 secretaria que não atende os requisitos da própria existência dela. Então, é um
175 compromisso que você assume comigo: combater o passivo’. Agora, imaginem,
176 combater, nós vamos, e já estamos combatendo. Ela (Daniela Diniz Faria) é minha chefe
177 de Gabinete, e aqui tem vários companheiros que vão falar, inclusive o diretor-presidente
178 da FEAM, das dificuldades com que convivemos hoje. Essa dificuldade não é própria só

179 do nosso Estado. Pelo contrário, no nosso Estado, com toda dificuldade que está
180 atravessando, com todos os problemas, esquecido pela União – porque na União não se
181 refere, não se faz nem se volta para Minas Gerais –, este governador, com toda
182 capacidade que tem, consegue envolver os seus secretários e tem mantido todos os
183 órgãos do Estado em funcionamento. Com toda dificuldade. Ele vem pagando dentro do
184 esquema que pode e compete ao Tesouro estadual. Ele vem pagando, rigorosamente,
185 com muito sacrifício, deixando, às vezes, de atender a uma necessidade que a ele é
186 demandada. Mas ele está cumprindo suas obrigações. Eu posso dar esse depoimento,
187 porque acompanho de perto. Eu não sou do sistema, não sou ambientalista, sou um
188 homem ligado ao sistema financeiro que veio para cá. Se perguntarem porquê, eu não
189 sei, mas estou aqui. E, estando aqui, me cabe, evidentemente, assumir as funções de
190 secretário e ajudar aos meus companheiros de Estado, mas como ajudar e como fazer.
191 Então, mesmo que vocês anotem e observem algumas deficiências, a única coisa que
192 esperamos de vocês é um pouco de compreensão, ao fazer até a crítica, de que
193 realmente a situação é de profundo desconforto para todos. Para mim, principalmente,
194 que estou vivenciando uma área muito diferente da minha atividade. E meus
195 companheiros. Eu posso também dar outro depoimento. Quando cheguei à Secretaria,
196 eu cheguei sozinho, nem a minha secretária eu trouxe. E foi a minha sorte, porque
197 encontrei, dentro da Secretaria, pessoas competentes e qualificadas que eu pudesse
198 delegar: ‘Faz o que não está sendo feito, porque vocês sabem fazer.’ E o secretário está
199 atrás e ao lado para ajudá-los a fazer. Vocês são ambientalistas, capacitados e
200 qualificados, e nós temos que mudar isso. Temos que mudar a imagem desta
201 Secretaria’. Se nós continuarmos até 2018, eu posso garantir aqui – e pode ficar
202 registrado na ata –, será uma das secretarias mais eficientes, não só quanto ao trabalho
203 dela, mas quanto à eficiência e no setor de legislação também. É uma mudança total e
204 estratégica que nós vamos fazer. Acabamos de entregar ao governador agora o relatório
205 de um ano de trabalho desta nossa gestão. Muita coisa foi feita e ficou registrada nesse
206 documento. Eu quero, evidentemente, acompanhar, principalmente a reunião do
207 COPAM, porque toda vez que o Germano preside ele dá notícia das cobranças e do que
208 vem acontecendo. O meu compromisso, como secretário de Estado, é, evidentemente,
209 estar atento a essas problemáticas e às queixas e reclamações, e providências que são
210 tomadas em consequências das denúncias e das colocações dos problemas. Fica muito
211 claro para vocês o seguinte. Vocês são conselheiros, têm todo o trânsito possível dentro
212 do sistema. Não tenham dificuldade de fazer por escrito, por telefone ou por visita
213 qualquer colocação que envolve, inclusive, a região de vocês, e dar conhecimento ao
214 secretário dessas dificuldades. Não tem problema de comunicar. O meu tempo é
215 dedicado à Secretaria, então, eu estou disposto, com vocês, a trabalhar e melhorar,
216 evidentemente, a nossa relação. E é, realmente, a minha tarefa, o meu grande encargo.
217 Esta Secretaria tem os Conselhos que a compõem, e eu, como presidente do Conselho,
218 tenho essa responsabilidade e sou obrigado a acompanhar as demandas que são
219 registradas aqui, que estão em ata, e as nossas necessidades. Aí, eu vou falar do
220 Sisema. As dificuldades não são só da Secretaria, é do Sisema, dos órgãos que
221 compõem o Sisema. Eu quero, mais uma vez, deixar registrado. Nesse caso que você
222 colocou do rio Paracatu, isso, para mim, realmente, é um desastre total, mas isso está
223 acontecendo em outras regiões, que eu tenho ouvido nos Comitês de Bacia. Amanhã, eu
224 tenho duas reuniões com duas comissões diferenciadas, é uma atrás da outra, e o

225 grande problema é o curso d'água, é a crise hídrica, em que ninguém está acreditando.
226 Mas ela virá. Se continuar como está, ela virá. E vou dizer mais, vou completar aqui uma
227 afirmação de um presidente de Comitê de Bacia, do Comitê do Rio das Velhas. Ele disse
228 o seguinte, em uma reunião – eu tinha dois dias de Secretaria: ‘Secretário, tome nota, se
229 continuar como está, nós, em 18 anos, vamos ter uma crise hídrica dentro do Estado de
230 Minas Gerais.’ E nós somos considerados o Estado bacia. Você já imaginou o resto? E já
231 vai acontecendo. Estamos tendo um depoimento do que é o rio Paracatu e do que
232 aconteceu no momento que estamos vivendo: uma seca. Só aqui tem oito meses que
233 não chove, em Belo Horizonte. Então, realmente, a situação é grave, cabe a cada um de
234 vocês. Cada um tem a sua atividade, a sua responsabilidade. Mas não tenham nenhum
235 preconceito, nenhuma preocupação em colocar por escrito ao secretário, ao próprio
236 Conselho, que nós vamos, evidentemente, dentro da nossa limitação, procurar atender.
237 Eu agradeço a sua observação.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Só uma
238 observação com relação aos autos de infração, porque é um assunto que nós temos
239 levado a algumas Câmaras do COPAM. Apesar de existir na legislação um prazo
240 determinado para análise e defesa, análise e decisão desses recursos, dessas defesas,
241 que é de 60 dias, esse prazo não é cumprido justamente pela deficiência de gente no
242 Estado. Então, nós temos julgado, muitas vezes, defesas com mais de dez anos. Aí, eu
243 acho que é importante fazer a defesa dos empreendedores, sejam agroflorestais ou
244 industriais, porque não é negócio para eles não. Porque durante esses dez anos aplica-
245 se taxa Selic. Então, eu falo que o maior investimento do Estado é não julgar os autos de
246 infração. Se não me engano, no último levantamento, são mais de 100 mil autos de
247 infração que estão paralisados no Estado. Então, eu parableno que tenham sido
248 colocados 40, que coloquem 100, 200, 300, façam extraordinárias. Para o
249 empreendedor, não é negócio entrar com a defesa e ficar esperando, porque não tem
250 nenhum investimento, hoje, que valha a aplicação da taxa Selic. Por exemplo, pegamos
251 multa que, inicialmente, foi de R\$ 30 mil, que o empreendedor apresentou defesa,
252 apresentou recurso, e está tudo dentro do prazo, e ele vai pagar sabe quanto? Serão R\$
253 120 mil, por causa da aplicação da taxa Selic. Então, a nossa orientação, inclusive,
254 inverteu. Hoje, o empreendedor recebe uma multa, e nós falamos ‘corra e pague’. ‘Você
255 pode estar totalmente certo, pode ter defesa, mas corra e pague’. Porque o valor da taxa
256 Selic vai ser maior que o valor da multa que você está aplicando. Eu entendo a
257 preocupação, eu sou conselheira também, é complicado, mas é bom deixar claro: para
258 os empreendedores, não é negócio apresentar defesa e que isso demore. Isso, para
259 eles, é muito ruim.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “A minha intervenção é para me
260 apresentar. Eu sou Rogério Siqueira, novo presidente da Abes Minas Gerais, Associação
261 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Estou tomando posse aqui hoje, já com
262 uma discussão bem quente e importante para todos nós. Eu participo, pela Abes, da
263 Câmara de Energia e Mudanças Climáticas, e é uma preocupação mundial,
264 naturalmente, a questão da crise hídrica. E com certeza, pelo que se tem visto de
265 trabalhos técnicos, nós vamos enfrentar uma séria crise hídrica na região Sudeste. Isso
266 já está sendo, cientificamente, comprovado. Se observarmos, as próprias questões que
267 estão atingindo o mundo. Um furacão, nesta semana, nos Estados Unidos, provocou
268 uma chuva de 1,5 m em uma semana. Isso é um ano de chuva, perto de um ano de
269 chuva em Belo Horizonte. Imaginemos isso como um ponto de alerta, porque, se essa
270 água cai em algum lugar, certamente, ela deixa de cair em outro. A contabilidade é

271 global. Então, pensemos nesses indícios. Eu queria só deixar essa mensagem,
272 agradecer ao secretário por ter nos recebido naquele momento do convite da posse.
273 Inclusive, o nosso governador também nos recebeu, muito bem, por sinal. E era essa
274 mensagem que nós, da Abes, queríamos deixar aqui na mesa.” Conselheiro Adalberto
275 Carvalho de Rezende: “Eu queria, secretário, apenas ter a chance de relatar uma
276 experiência vivida, no feriado, na segunda-feira, quando o secretário de Meio Ambiente
277 de Montes Claros, o Paulo Ribeiro, preocupado com o conhecimento que ele tem,
278 profundo, do que está acontecendo na região do Norte de Minas, planejou uma
279 expedição ‘Caminhos das Gerais’. Convidou empresários, entidades de Estado,
280 academia para fazer uma visita de cinco dias. É uma expedição para valer, que saiu na
281 quarta-feira. Essa expedição foi para conhecer o que existe de mais belo naquela região
282 do Norte de Minas, que são as cavernas do Peruaçu. Confesso, eu não conhecia. É das
283 belezas naturais mais pujantes que eu já vi no mundo. E eu sou um andarilho. Ao mesmo
284 tempo – e é o sentido dessa expedição –, mostrar o que está acontecendo no entorno.
285 Aí, vem meu pequeno relato, e encerro, porque este momento é só para reflexão. O que
286 vimos nas veredas, nas nascentes, nos rios foi a mais completa e absoluta destruição.
287 As veredas estão lá, inclusive, neste instante, em incêndio, em fogo. E esse incêndio já
288 dura sete meses. Nesses sete meses, já aconteceram duas chuvas, contabilizadas a 100
289 mm, que não foram capazes de acabar com o fogo. O rio Pandeiros, o ‘Pantanal de
290 Minas’, está seco. Peixes de 1,5 m, aos milhares, estão mortos. Passam por eles.
291 Apenas para concluir, milhares, milhares. O nosso drone, que subiu 3 km, não conseguiu
292 fazer a contabilidade ainda. Eu vou puxar por um exemplo, aquele joguinho pega varetas.
293 Abrimos, e as varetinhas caem. O drone subia 3 km e filmava aquilo. Em toda a área de
294 extensão é um pega varetas, uma em cima da outra, e as varetas são os buritis. Todos,
295 mais de 400 mil hectares estão ali queimados. Então, é algo que é, absolutamente,
296 estarrecedor, que tem que nos remeter a uma reflexão para ação imediata. Então,
297 presidente da Abes, a crise hídrica que está se avizinando? Não. A crise hídrica já
298 aconteceu na região do Norte de Minas. Montes Claros está recebendo agora as
299 consequências já com escassez. Mas é algo, secretário, eu confesso, eu sou da
300 academia, o último empresário que dá aula na Escola de Engenharia da UFMG. Ainda
301 não sabemos o que fazer, mas tem que ser feito. É estarrecedor, não importa, mas tem
302 duas noites que eu não durmo. Eu cheguei na segunda. Estou tentando, estou ligando
303 para todos que eu conheço. Como resolver uma situação dessa? Incêndio que já dura
304 sete meses, em uma vereda cujo substrato pode ter até 5 m, e os incêndios vão até 5 m
305 abaixo. Aquilo é matéria orgânica, folhas dos milhares de anos depositadas ali. Então, é
306 para uma reflexão. Acompanhem. ‘Caminhos das Gerais’. Nós estamos publicando,
307 desde ontem, e isso tem que ser para conhecimento e ação urgente, imediata, com a
308 soma dos esforços de todas as nossas inteligências.” Presidente Jairo José Isaac: “Nós
309 vamos registrar essa sua preocupação, que é nossa também. A crise hídrica, apesar de
310 toda essa consequência da palavra crise, já está entre nós. O problema é saber qual é a
311 solução, como resolver esse problema. O que falta, na minha opinião – e eu sou um
312 neófito nessa área ambiental –, é realmente a união das entidades que congregam todo
313 esse esforço ambiental. Naquilo que se refere à parte ambiental, se reunirem e fizerem a
314 convocação extraordinária para tentar uma forma de combater, porque é um Estado país,
315 um Estado com extensão territorial maior do que dos vários países da Europa e do
316 mundo. A dificuldade de um Estado com 853 municípios, onde os recursos que são

317 demandados por esse segmento são ínfimos com relação a essa necessidade. Como
318 fazer, o que fazer? Tem que debater o assunto, tem que ter uma proposta. Esse assunto
319 não é para ontem nem para anteontem, esse assunto é para o nosso dia a dia. Em Belo
320 Horizonte, nós podemos dizer que a Copasa já está captando água em uma região de
321 não sei quantos quilômetros de Belo Horizonte, porque a captação do rio das Velhas
322 está, praticamente, paralisada, porque já não tem como mais continuar captando. No rio
323 Paraopeba, está idêntico. Então, qual é o próximo rio de onde tirar? E assim
324 sucessivamente. Uma captação como a nossa, a situação em que está. Eu conheço e
325 acompanho o problema da Copasa, a situação em que ela se encontra para a
326 presidência ter a competência de dizer 'não faltará água em Belo Horizonte'. Eu já não
327 estou acreditando mais nisso, porque o problema é como ela capta água para fornecer
328 água suficiente na região metropolitana. Então, é um assunto muito grave, muito sério.”
329 Conselheiro Adalberto Carvalho de Rezende: “A situação é tão atípica que soluções
330 convencionais não resolvem. Tem que buscar uma solução não se sabe como, mas o
331 mundo tem inteligência para isso, e Minas Gerais é fonte fértil das inteligências. Para
332 resolver, é uma solução não padrão, fora da caixa. Para resolver um incêndio de sete
333 meses contínuos, que é a base e fomenta a ampliação da destruição. Algo não
334 convencional para resolver uma situação como essa e outras.” Conselheiro José Angelo
335 Paganini: “Nós deixamos o folheto sobre o projeto Rio Vivo. Nós vemos a discussão
336 sobre a crise hídrica, que vem mais um ciclo da crise entrando em evidência. Agora, todo
337 mundo vai ficar apavorado. Para resolver essas questões hídricas, a lei criou os Comitês
338 de Bacia, os Comitês de Bacias são instituídos no Estado, estão organizados, têm
339 programas, têm projetos, têm planos, tudo definido. Têm a cobrança do recurso hídrico
340 instalado. Com esses recursos da cobrança é que tocamos esses projetos que foram
341 priorizados nesses planos de recursos hídricos, para resolver os problemas de escassez
342 e de qualidade de água nos nossos rios. Na bacia do rio Piracicaba, nós já estamos em
343 estado de alerta também. O próximo passo vai ser decretação de escassez hídrica na
344 bacia do rio Piracicaba. Isso está acontecendo no Estado todo. Para tocar esses
345 projetos, o Comitê precisa do recurso da cobrança. Infelizmente, na crise que o Estado
346 passa, o Estado está contingenciando esses recursos. Então, nós aproveitamos esta
347 oportunidade para solicitar ao secretário que sensibilize os órgãos de governo do Estado
348 de Minas Gerais de que esses recursos da cobrança são para resolver os problemas da
349 crise hídrica. Não adianta ficar perguntando o que vai fazer, como vamos resolver o
350 problema. Os Comitês de Bacia sabem, já elaboraram seus planos de recursos hídricos.
351 O Comitê do Rio Doce, desde 2010, tem o plano de recursos hídricos. Nós vamos ter
352 que refazê-lo agora por causa do impacto da Samarco, do rompimento da barragem, que
353 alterou as condições do rio. Então, se exige isso. Mas esse plano já estava feito. Os
354 projetos e programas que têm que ser feitos e executados para resolver a falta de água e
355 de qualidade de água estão lá no plano. O Comitê não é estranho ao Estado, o comitê é
356 um órgão de Estado. Então, quando o Estado estrangula o Comitê retendo esses
357 recursos, como vai discutir depois como vai solucionar a crise hídrica? Eu acho que o
358 primeiro passo é liberar esses recursos para os Comitês. Esses recursos não têm que
359 ficar lá no Estado, e são tão poucos que não vão fazer nem cosquinha no caixa do
360 Estado. Então, nós solicitamos ao secretário um reforço na gestão. Eu imagino que o
361 senhor já esteja fazendo um reforço nisso. Ver se o governador e os outros níveis de
362 decisão do Estado se sensibilizem com isso. Nós estamos em uma crise hídrica, e esse

363 dinheiro é para resolver. Lá que está a solução. Então, essa é a solicitação que nós
364 fazemos.” Presidente Jairo José Isaac: “A sua colocação é mais do que oportuna, é
365 exatamente esse debate que nós precisamos fazer. Fica registrada essa sua
366 preocupação. Amanhã, eu tenho reunião com dois Comitês de Bacia, e esse assunto eu
367 tenho certeza de que vai aflorar. Eu tenho participado das reuniões dos Comitês de
368 Bacia, junto com a minha colega, companheira e dirigente diretora geral do IGAM, ela
369 também é uma pessoa do sistema, muito competente e conhece muito bem essa
370 situação hídrica do Estado, é uma pessoa que dá, inclusive, condição de aprofundarmos.
371 Ela tem nos ajudado muito e colocado isso de uma maneira até mais constante nas
372 provocações em que ela participa do problema de água, dos problemas de crise hídrica.
373 E amanhã, evidentemente, esse assunto vai ferver porque, da última reunião, para esta
374 próxima, muita coisa está acontecendo. E com essa falta de chuva generalizada no
375 Estado a situação deve ter se agravado profundamente. Então, amanhã vai ser um dia
376 de muito debate. Você vai estar presente, vamos ver o que vai acontecer. Mas é uma
377 preocupação permanente. Realmente, o fortalecimento dos Comitês é fundamental, isso
378 já é de nosso conhecimento, e nós temos trabalhado por isso.” Conselheiro Miguel
379 Angelo Andrade: “Eu tenho uma pergunta a fazer em relação à nossa última reunião do
380 COPAM, que ficou, pelo tema crise hídrica, de se tirar um Grupo de Trabalho
381 colaborativo para revisão dos processos de indução e gestão do Fhidro. Foram R\$ 570
382 milhões, se não me engano, na última apresentação. Mas esses recursos me parecem
383 que existem, e também há um indicativo de que foram tirados do COPAM. Pelo menos,
384 eu não recebi nenhuma comunicação da última reunião sobre esse Grupo de Trabalho
385 colaborativo, para discutir essa disponibilidade e a forma do uso do recurso. Porque além
386 da crise hídrica existe uma crise de investimentos e destinação desses recursos. Nós
387 vimos que tivemos quatro projetos, apenas, da sociedade em um Estado desse tamanho.
388 Isso também reflete a nossa crise, além da água, propriamente dita. Então, eu reforço
389 essa pergunta se esse Grupo de Trabalho foi criado, conforme determinação da última
390 reunião, se está sendo criado e quando começaremos os trabalhos.” Vânia Mara de
391 Souza Sarmiento, da Assessoria dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Nós já passamos essa
392 demanda para o IGAM, tanto para a Dra. Fátima quanto para a Lourdes, e isso já está
393 sendo tratado, internamente. Eu acredito que este ano ainda, após a análise do IGAM,
394 possa ter esse grupo formado.” Nathália Milagre Hazan, assessora de
395 Planejamento/SEMAD: “Só um recadinho mesmo para alertar a todos vocês que vamos
396 fazer uma consulta pública sobre o diagnóstico da Fiscalização, que vai embasar o
397 planejamento anual de fiscalização do ano que vem. O e-mail já foi enviado para todos
398 vocês, conselheiros. Lá, tem o link. A consulta é on-line, e nós aguardamos as
399 contribuições de todos vocês.” **4) EXAME DA ATA DA 173ª REUNIÃO DO COPAM.**
400 Aprovada por unanimidade a ata da 173ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
401 Política Ambiental, realizada em 21 de junho de 2017, com abstenções dos conselheiros
402 representantes da Arpempg, Ministério Público, Fumec, Polícia Militar, Kaluana Upiara e
403 Secretaria de Estado de Educação. **5) PROGRAMA REGULARIZE. Apresentação:**
404 **Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis).** Wladimir Lobato, da Diretoria de
405 Apoio Técnico e Normativo/SEMAD, fez apresentação ao Plenário sobre o programa
406 Regularize Meio Ambiente, de incentivo ao pagamento de crédito não tributário, instituído
407 pela Lei 21.735/2015. Síntese dos debates. Após a apresentação, foram feitos os
408 seguintes debates pelo Plenário. A conselheira Polyana Faria Pereira informou que foi

409 publicada, no dia 31 de agosto de 2017, a Instrução Normativa nº 10, do Ibama, que
410 também trata de desconto relativo a créditos não tributários, no âmbito nacional,
411 regulamentando decreto federal. Esclareceu ainda que o formulário para os interessados
412 está disponível. O conselheiro César Cristiano de Lima questionou se existe um estudo
413 de expectativa de arrecadação de receitas com o programa Regularize Meio Ambiente.
414 Wladimir Lobato/SEMAD informou que o estudo foi realizado pela Secretaria de Estado
415 de Fazenda. O presidente Germano Luis Gomes Vieira informou que a expectativa de
416 arrecadação é de R\$ 150 milhões. O conselheiro Adriano Nascimento Manetta fez o
417 seguinte registro: “Em primeiro lugar, eu volto a parabenizar o trabalho. Mas uma
418 pequena divergência quanto à lei anterior. Eu tenho participado do processo de debate
419 na Assembleia e não tinha dúvida de que tratava da multa, da remissão de 90% do total.
420 Eu estou trazendo isso por uma questão de política mesmo. Não é surpresa para
421 ninguém que eu defendo aqui a incidência da prescrição intercorrente, em várias
422 Câmaras, como um instrumento de política pública, e eu via nessa lei de remissão um
423 instrumento, às vezes, até mais inteligente do que esse. Eu mantenho em vista que nós
424 precisamos nos livrar de uns 100 mil autos de infração para julgar os 30 mil que são
425 recentes, que têm boa possibilidade de render alguma coisa e ter eficácia. Então quando
426 falávamos em 90% de remissão da multa, eu chego a pensar que R\$ 150 milhões é um
427 valor baixo. Porque se traria o interesse das pessoas de abrir mão de direitos e de
428 discussões que estão dentro das autuações. Quando vamos fazer a remissão apenas
429 dos acessórios, tem debates em multas em outras esferas, essa discussão se alonga, e
430 eu penso que, aí, nós só vamos receber os recursos meramente protelatórios. Quem
431 tiver direitos mais consistentes a pleitear não deve entrar nessa remissão. Mas apenas
432 essa consideração. Eu acho que acabamos deixando passar uma oportunidade, mas,
433 nem por isso. Eu acho que o trabalho está muito bem feito, como a demonstração, a
434 explicação.” Daniela Diniz Faria/SEMAD: “Só para esclarecer, quando a Lei 21.735 saiu
435 com o desconto sobre o valor da multa, em que pese estar com essa redação, nunca foi
436 interesse do Estado fazer a remissão, efetivamente, da multa, fato é que esse PL foi
437 copiado e colado de um PL que fazia menção a créditos tributários. E nesse outro PL,
438 quando se dizia ‘multa’, não era a multa ambiental. Até por essa razão, este programa
439 não tinha sido até hoje regulamentado, para que, através de lei, se tirasse a palavra
440 ‘multa’, para colocar acréscimo, para não ficar uma confusão no entendimento do
441 contribuinte. Se no mesmo PL que criava o programa se fazia menção a remissão de
442 créditos, e a remissão era até R\$ 15 mil, em seu limite máximo, não justificaria dar
443 desconto de 90% sobre auto de infração de milhões de reais. Só para entenderem que
444 não houve uma mudança de entendimento do Estado sobre a remissão, mas uma
445 correção da redação. A palavra ‘multa’ foi, equivocadamente, colocada, na época, não
446 para fazer menção a infração ambiental, mas se referia a outro PL, em que a multa tinha
447 outro sentido.” Diogo Soares de Melo Franco, subsecretário de Gestão Regional/SEMAD,
448 comunicou que está sendo preparada uma divulgação ampla do programa e solicitou o
449 apoio dos conselheiros para que suas respectivas entidades recebam os releases da
450 assessoria de comunicação da SEMAD e façam a divulgação para seu público. **6)**
451 **SISTEMA DE CONSULTA DE DECISÕES DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO**
452 **AMBIENTAL DE CLASSES 3, 4, 5 E 6. Apresentação: Subsecretaria de Gestão**
453 **Regional (Suger).** Diogo Soares de Melo Franco, subsecretário de Gestão
454 Regional/SEMAD, fez apresentação do sistema de consulta de decisões dos processos

455 de licenciamento ambiental de classes 3, 4, 5 e 6 no Estado de Minas Gerais, que pode
456 ser acessado pelo portal do meio ambiente. Em seguida, Breno Esteves Lasmar/SEMAD
457 fez uma demonstração sobre o acesso ao sistema, suas características e
458 funcionalidades. Após a apresentação, foram esclarecidos pontos destacados pelos
459 conselheiros e feitos os seguintes registros. O conselheiro Ronaldo Vasconcelos Novais
460 elogiou a série de iniciativas tomadas pela SEMAD, em parceria com outras instituições,
461 apesar das dificuldades financeiras enfrentadas durante a atual gestão, e destacou a
462 importância da transparência e da agilidade na prestação de informações à sociedade. O
463 conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro questionou qual seria a estratégia de
464 divulgação da ferramenta. Diogo Soares de Melo Franco/SEMAD esclareceu que será
465 feita divulgação pela imprensa e por meio dos canais do governo do Estado de Minas
466 Gerais, além de contar com o apoio dos conselheiros e de suas respectivas entidades. O
467 conselheiro Miguel Angelo Andrade reconheceu o ganho para a sociedade e questionou
468 se houve avanços também quanto à estruturação e disponibilização das informações
469 ambientais no Estado de uma forma geral. O presidente Germano Luis Gomes Vieira
470 comentou sobre a implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), destacando
471 que será “o lastro para a revisão da DN 74”. Diogo Soares de Melo Franco/SEMAD
472 comentou sobre os avanços com a nova estruturação dos sistemas e informou sobre o
473 lançamento da IDE, “que será a base dessa mudança da concepção da SEMAD como
474 um todo”. Sugeriu ainda que fosse pautada uma apresentação específica sobre a IDE
475 para esclarecimento dos conselheiros do Plenário do COPAM. O conselheiro Rodrigo
476 Dutra Amaral parabenizou a SEMAD pelas iniciativas e sugeriu a disponibilização
477 também das atas das reuniões dos colegiados para serem acessadas no processo de
478 decisão. Vânia Mara de Souza Sarmiento, da Assessoria de Apoio aos
479 Colegiados/SEMAD, esclareceu que o portal do meio ambiente já disponibiliza as atas e
480 as decisões das reuniões, bem como as pautas, e passará por reformulação no sentido
481 também de integração entre os sistemas. O conselheiro Miguel Angelo Andrade
482 questionou se o estágio de cumprimento de condicionantes também estará disponível
483 para acompanhamento. Diogo Soares de Melo Franco/SEMAD informou que tem sido
484 trabalhado um sistema específico para acompanhamento de condicionantes, inclusive
485 com maior facilidade de gestão pelo próprio órgão ambiental e o empreendedor. O
486 presidente Germano Luis Gomes Vieira destacou a importância do Núcleo de Controle
487 Ambiental, criado no âmbito das Suprams, com equipe específica dedicada ao
488 monitoramento e avaliação das condicionantes ambientais, visando “garantir a lisura do
489 processo, não postergar auto de infração ou adequação daquilo que não está sendo
490 adequado durante a licença ambiental, além de racionalizar a licença ambiental.” A
491 conselheira Polyana Faria Pereira questionou se há possibilidade de consulta de certidão
492 de inexigibilidade de licenças. “Nós temos dificuldades no Ibama de saber se as
493 informações são verídicas ou não, pela falta de numeração dessas inexigibilidades.” O
494 presidente Germano Luis Gomes Vieira informou que esse tema fará parte de uma das
495 parcerias da SEMAD, nesse caso, com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
496 (Jucemg) e o Sebrae, para declaração de certidão de não passível de licenciamento.
497 Breno Esteves Lasmar/SEMAD fez os esclarecimentos quanto à nova parceria, que
498 prevê emissão on-line de certidão de dispensa de licenciamento, já estando a primeira
499 etapa do programa em operação, por meio do site da Jucemg. “Em breve nós teremos,
500 tanto através desse sistema quanto dos novos sistemas de informação, que vão atingir a

501 totalidade dos nossos procedimentos, essa numeração sequencial para atender à
502 necessidade que foi apresentada.” **7) PROGRAMA MINAS TRATA ESGOTO E**
503 **PROGRAMA MINAS SEM LIXÕES. Apresentação: Fundação Estadual do Meio**
504 **Ambiente (FEAM).** Denise Marília Bruschi, gerente de Resíduos Sólidos Urbanos/FEAM,
505 fez apresentação do programa Minas Sem Lixões, destacando as diretrizes, a
506 abrangência das ações em todo o Estado de Minas Gerais e um balanço dos resultados
507 obtidos. Por solicitação da FEAM, a apresentação do programa Minas Trata Esgoto foi
508 retirada de pauta, devendo ser realizada na próxima reunião do Plenário. **Síntese dos**
509 **debates.** O conselheiro Rogério Pena Siqueira considerou problemáticas as mudanças
510 administrativas em vários municípios, o que muitas é responsável pela não continuidade
511 das ações, e citou o caso de uma prefeitura que construiu um aterro que se transformou,
512 posteriormente, em lixão. Considerou os consórcios como a melhor solução, atualmente,
513 mas defendeu que sejam pensadas novas alternativas de tecnologias, destacando que
514 devem ser considerados os custos futuros de encerramento de aterros sanitários e os
515 custos ambientais. O conselheiro apresentou ainda proposta, originalmente submetida à
516 Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM), para que o COPAM
517 convide a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) de Belo Horizonte para fazer
518 exposição do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da capital.
519 Registrou ainda convite a todos para participar das discussões sobre o tema na câmara
520 técnica específica da Abes para resíduos sólidos. O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira
521 concordou com a necessidade de novas tecnologias alternativas ao aterro sanitário e
522 defendeu que o Estado condicionasse os repasses de recursos para os municípios à
523 regularidade da gestão de resíduos, visando evitar os problemas de má administração do
524 equipamento público. Citou problemas enfrentados pelo setor eletroeletrônico para
525 descarte de resíduos e considerou necessário se buscar soluções. Defendeu também a
526 discussão quanto às taxas pagas pelos munícipes relativas a limpeza urbana, que inclui a
527 coleta. “Se pegar o IPTU de uma cidade do porte de Paracatu, a limpeza urbana está
528 embutida. E o valor é R\$ 10 ou R\$ 20 por ano. Não tem município que dê conta de fazer
529 gestão de resíduos em hipótese nenhuma. Eu acho que o Estado teria que levar essa
530 discussão para os municípios e criar uma política específica para tentar levantar esses
531 recursos.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Sempre que subsidiarmos serviços, nós
532 estamos pagando isso embutido em alguma coisa, a sociedade está pagando. O que se
533 precisa é menos política eleitoral e mais ação. Prefeito nenhum tem coragem de colocar
534 o preço certo na taxa de coleta e tratamento de resíduos e colocar as coisas sustentáveis
535 do jeito que têm que ser, porque só se pensa em eleição neste país e não se pensa na
536 solução real dos problemas. Está na hora de discutirmos cara a cara e pôr isso para os
537 prefeitos, assim como a água, aquela questão de o prefeito se gabar de não cobrar água,
538 sendo que está na lei a questão da cobrança, que o serviço tem que ser mantido pelas
539 taxas. O subsídio nós temos que ser contra porque perverte os custos, e nunca sabemos
540 quanto custa. E a sociedade paga o valor do mesmo jeito.” Conselheiro José Angelo
541 Paganini: “Na bacia do Doce, foi dada prioridade à aplicação dos recursos da cobrança
542 na construção desses planos para as prefeituras municipais. Como exemplo, na bacia do
543 Piracicaba, são 21 municípios, e todos eles têm seu plano municipal de saneamento.
544 Desses 21 municípios, o Comitê fez o plano de 15 municípios com o dinheiro da
545 cobrança pelo uso da água. Por isso, eu queria reforçar o pedido ao secretário. Devido
546 às discussões sobre a crise hídrica que está batendo novamente sobre o Estado, nós

547 solicitamos mais esforços da Secretaria na liberação do contingenciamento dos recursos
548 da cobrança. Esses recursos estão sendo aplicados para resolver o problema da crise
549 hídrica, e nós não achamos justo que fiquem contingenciados. O que devemos fazer é o
550 que está nos planos de recursos hídricos dos Comitê de Bacias.” O conselheiro Gleyber
551 Ferreira e Silva Carneiro questionou qual é o prazo para se alcançar o número ideal de
552 consórcios apresentado pela FEAM e o que está sendo pensado no sentido de
553 implantação da logística reversa. Denise Marília Bruschi/FEAM: “Com relação à logística
554 reversa, ela não é municipal, mas trabalha com setores. Até hoje conseguimos o setor de
555 embalagem, e os outros setores ainda não fecharam. Quando tivermos um arranjo,
556 teremos que trabalhar com os setores. O que podemos falar é, que na questão do rio
557 Doce, nós estamos trabalhando com 35 municípios da área ambiental 2, que foi
558 diretamente afetada pelo acidente (da barragem de Fundão), e eles pediram como
559 medida compensatória R\$ 500 milhões para saneamento, sendo 90% para tratamento de
560 esgoto e 10% para tratamento de resíduos. Nenhum município foi aprovado, porque não
561 era consorciado. Nós estamos trabalhando e dando orientação, tentando apoiar nesse
562 sentido.” Rodrigo de Melo Teixeira, presidente da FEAM: “Como gestão de Estado, nós
563 temos que fazer uma análise do problema macro. E qual é o problema macro da questão
564 dos aterros? Que os municípios não cobram a taxa que têm que cobrar dos munícipes,
565 por questão política. Os prefeitos não vão criar uma taxa, porque é impopular, e muitos
566 não dão continuidade ao trabalho. Nós temos reuniões com muitos prefeitos, e o nosso
567 incentivo é o consórcio, porque Minas também tem muitos municípios pequenos, e hoje o
568 problema reside nos municípios com menos de 20 mil habitantes. O Estado de Minas,
569 através da FEAM, da Secretaria de Meio Ambiente, do Ministério Público, está alinhando
570 para estender as mãos para que os consórcios venham, para darmos toda a condição
571 possível. A Secretaria de Cidades também está envolvida nesse processo, que é quem
572 consegue recursos para ajudar os municípios. E também pelos consórcios fica mais fácil
573 para os municípios obterem esses recursos. Eu acho que, desta vez, de 80% a 90% nós
574 teremos pelo menos bem encaminhada essa questão dos resíduos.” **Encaminhamento**
575 **aprovado pelo Plenário do COPAM**. O Plenário do COPAM aprovou por unanimidade
576 proposta do conselheiro Rogério Pena Siqueira para que seja convidada a
577 Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) de Belo Horizonte para fazer exposição do
578 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da capital na próxima reunião.
579 **8) FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS RELATIVAS À AGENDA VERDE NO MUNICÍPIO DE**
580 **CHAPADA GAÚCHA. Apresentação: Sufis e Polícia Militar do Estado de Minas**
581 **Gerais (PMMG)**. Marina Dias, da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental
582 Integrada (Sufis), Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar do Estado de Minas
583 Gerais (PMMG), fizeram apresentação sobre as fiscalizações ambientais relativas à
584 Agenda Verde realizadas pela Sufis e a PMMG no município de Chapada Gaúcha, no
585 Norte de Minas. **Síntese dos debates**. Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Do
586 ponto de vista empírico da supressão, está muito relacionado com a produção rural.
587 Então seria importante uma conversa da Secretaria de Agricultura com a Diretoria de
588 Fiscalização da Agenda Verde e a Gerência de Monitoramento do IEF para serem
589 identificadas onde estão realmente essas áreas para se fazer uma política também com
590 os produtores rurais que ali se localizam.” Juliana Pereira da Cunha: “Nós podemos
591 providenciar isso e focar uma política específica para essa região.” O conselheiro
592 Gleyber Ferreira e Silva Carneiro propôs que, na próxima reunião do Plenário, fosse

593 apresentado um projeto ou plano de ações educativas e preventivas relacionado aos
594 produtores rurais. “Especialmente nessa área, que, inclusive, eu vejo como oportunidade
595 de ser um projeto-piloto, dependendo dos resultados, para ser disseminado também em
596 outras regiões do Estado.” O presidente Germano Luis Gomes Vieira informou que já
597 está sendo discutido um trabalho em parceria com a Federação da Agricultura do Estado
598 de Minas Gerais (Faemg) e que deverá ser levado ao Plenário do COPAM o mais rápido
599 possível, envolvendo todos os aspectos educativos e preventivos no âmbito das
600 atividades agrossilvipastoris. O conselheiro Rogério Pena Siqueira considerou as
601 dificuldades de fiscalização do Estado de uma forma geral, defendeu a busca de novas
602 tecnologias para o atendimento das demandas, citou a fiscalização por drones e registrou
603 as seguintes perguntas. “Quanto à diminuição das ocorrências, será que essas áreas de
604 pressão já foram desmatadas? Ou seja, diminuíram as ocorrências por que as áreas de
605 pressão já foram desmatadas? E a pergunta vale também para a Polícia. Será que o
606 combustível acabou e por isso tem menos ocorrências?” Marina Dias/SEMAD: “A
607 presença marcante do Estado nesses locais, de certa forma, acaba inibindo, mas não
608 completamente. Tem áreas em que, se não utilizássemos, hoje, as tecnologias de
609 imagens de satélite, nós jamais detectaríamos. Hoje em dia, apesar de todas as
610 dificuldades que a fiscalização ambiental sofre no Estado, nós conseguimos atender de
611 forma mais inteligente e mais direcionada. Eu acredito que a nossa maior dificuldade não
612 é a fiscalização em si, mas o pós-fiscalização. Detectado o desmatamento, a área foi
613 autuada, e agora? Seria o acompanhamento, de fato, da recuperação dessas áreas. A
614 ideia é melhorar o fluxo do monitoramento contínuo, porque existe um intervalo entre a
615 detecção e a nossa chegada, e isso precisa ser otimizado. É preciso ter um trabalho mais
616 direto com o Ministério Público para que algo seja estudado de forma a agilizar também a
617 implicação da recuperação da área, de fato, e assim por diante.” Cristiano Ferreira de
618 Oliveira/PMMG: “Eu corroboro as afirmações da Marina. Na verdade, já tem uma grande
619 evolução. O trabalho de imageamento por satélite é uma coisa real, e eu acredito que
620 tem muito a avançar. Nós tentamos otimizar o investimento de patrulhamento, de
621 prevenção, tanto que algumas ações são direcionadas. E demandam mesmo a presença
622 in loco. O monitoramento é uma coisa real, mas a presença, in loco, de fiscalização é
623 necessária. Sobre a constatação dessa evolução, realmente, em alguns lugares, já se
624 desmatou tudo e não tem mais nada para se desmatar. Isso exige uma metodologia. Na
625 verdade, é preciso fazer um estudo muito técnico para se verificar se há mesmo essa
626 evolução. Porém, com a presença contínua, monitoramento, fiscalização, eu garanto que
627 diminuem (os desmatamentos) muito mais. E nós temos, sim, algumas ações muito
628 interessantes, com ferramentas tecnológicas. Tanto a SEMAD quanto a PMMG têm
629 avançado muito nessas ferramentas.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
630 assuntos a serem tratados, o presidente Jairo José Isaac declarou encerrada a sessão,
631 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Germano Luis Gomes Vieira
Presidente do COPAM